

# DEMOCRACIA E LUTA

Jornal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região - **Sinserm**

Julho de 2023, Bauru - SP

ANO XXV - Nº 246



## SINSERM REPRESENTA CONTRA BRADESCO E FUNPREV POR DESCONTOS EM DUPLICIDADE DAS PARCELAS DE EMPRÉSTIMOS

A diretoria executiva do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm), entrou com representação no Ministério Público, contra o Banco Bradesco e a Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Funprev) após receber denúncias de que as parcelas mensais dos empréstimos consignados, estão sendo descontadas em duplicidade – nos holerites através da Funprev e em conta corrente pelo Bradesco.

Diante das denúncias, o sindicato efetuou contato com a Funprev, que confirmou os fatos e enviou uma cópia de notificação enviado ao Bradesco para tomada de

providências administrativas sobre o problema.

Consta na notificação que o Bradesco estaria debitando as parcelas em conta corrente dos servidores, sob o argumento de que a Funprev não estaria repassando os valores à Instituição Financeira. A Funprev afirma que promove o repasse das parcelas descontadas dos servidores aposentados ao Bradesco, em fiel cumprimento às cláusulas do convênio.

É de extrema gravidade o desconto em dobro das parcelas de empréstimo consignados em desfavor dos servidores municipais, o que pode caracterizar apropriação indébita e crime contra

o consumidor pelo desconto em duplicidade.

A atual legislação do empréstimo consignado permite o comprometimento de até 35% dos salários dos servidores e, o desconto em duplicidade, pode resultar no inadmissível comprometimento de até 70% da renda dos trabalhadores.

Os servidores afetados por essa prática abusiva e ilegal, têm direito ao ressarcimento dos valores descontados, além de indenização por danos morais e materiais. Dada a gravidade da situação, o Sinserm solicitou a abertura de Inquérito Civil Público para apuração e imediata solução dos fatos.



## APÓS ACIDENTE, SINSERM VERIFICA FALTA DE EPIS EM OBRA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

No dia 6 de junho, a diretoria executiva do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) esteve em um dos imóveis que estão em reforma para receber unidades escolares da prefeitura de Bauru. O sindicato foi acionado após ocorrer um acidente envolvendo um dos trabalhadores da obra.

O imóvel em questão está localizado na rua Cussy Júnior, no centro da cidade, e foi desapropriado pela secretaria da Educação em 2021. Durante a diligência realizada pelo Sinserm, os servidores

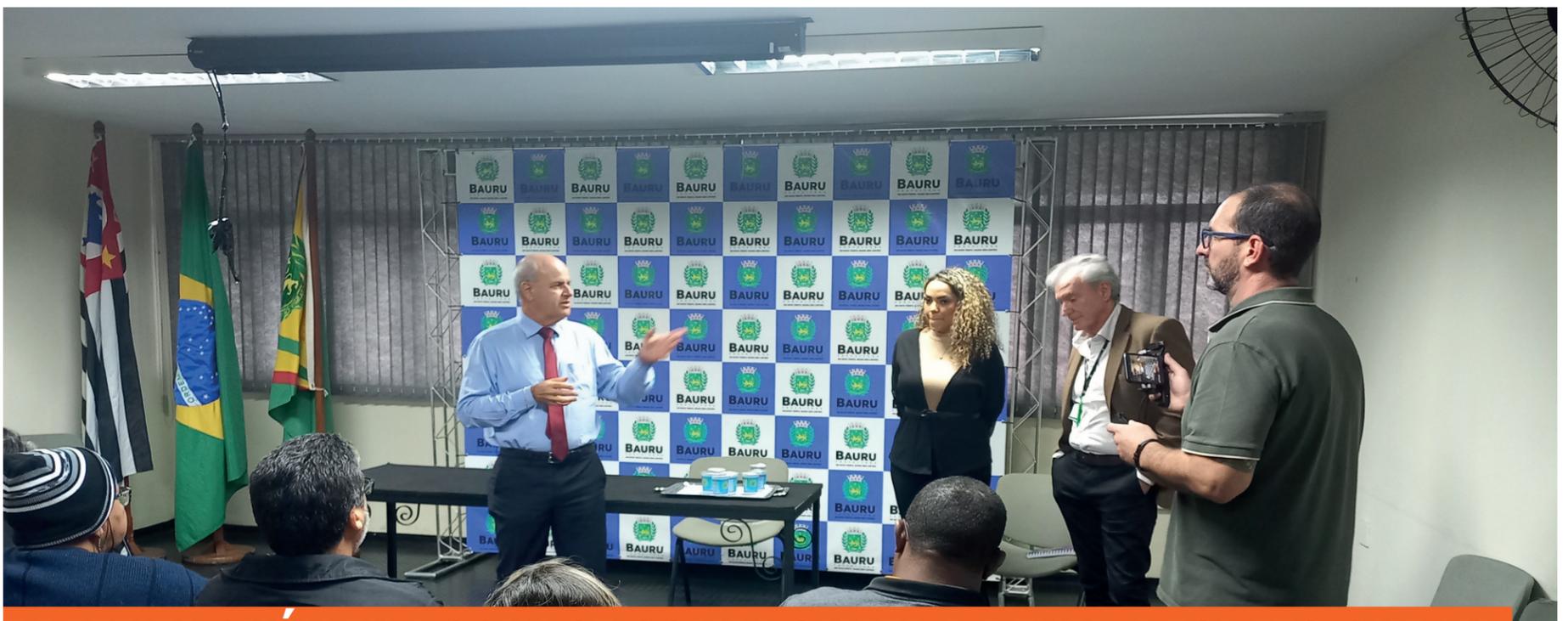
informaram que trabalhavam sem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) até o ocorrido.

A vereadora Estela Almagro (PT) esteve no local na manhã desta terça e confirmou os relatos dos trabalhadores em notificação encaminhada ao sindicato.

O descaso do Poder Executivo para com a categoria não será tolerado. A falta de EPIs é criminosa e coloca em risco a saúde e a integridade física dos servidores. Ao chegar ao imóvel, a diretoria do Sinserm acionou o responsável pela

obra e cobrou que sejam tomadas as providências para garantir os direitos laborais dos trabalhadores.

O sindicato oficiou a secretaria da Educação, pedindo cópia do contrato de trabalho com a empresa terceirizada que desempenha atividades no local, com detalhamento para a norma regulamentadora referente aos EPIs. Questionamos o porquê destes equipamentos não terem sido disponibilizados anteriormente e levaremos a questão ao Ministério Público do Trabalho (MPT).



## PREFEITA SUÉLLEN ROSIM SE COMPROMETE A REVER DECRETO QUE IM-PÕE SOBRECARGA A DIRETORAS DE ESCOLAS

Em 14 de junho, a diretoria executiva do Sindidato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) participou de uma reunião entre a prefeita Suéllen Rosim, a vereadora Estela Almagro, diretoras de escolas, além de psicólogos e assistentes sociais.

Um dos principais objetivos do encontro era discutir a revogação de um decreto que obriga as diretoras a elaborar relatórios pormenorizados periodicamente.

A implementação da Lei

13.935/19 – que prevê a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas – também foi pauta.

A chefe do Executivo se comprometeu, ao lado do secretário de Educação, Nilson Ghirardello, a rever o decreto e eventualmente revogá-lo.

Sobre a presença dos psicólogos e assistentes sociais nas unidades escolares, Suéllen e Ghirardello reconheceram a importância destes profissionais no ambiente escolar, mas alegaram que

no momento, não é possível colocar um profissional de cada categoria em todas as escolas municipais. O Executivo, no entanto, vai alocar um contingente mínimo destes profissionais em supervisão na secretaria de Educação.

O Sinserm reitera que a presença dos psicólogos e assistentes sociais nas escolas é lei e deve ser cumprida. Além disso, estes são profissionais imprescindíveis para o diagnóstico e solução das demandas de cada comunidade.



## REVISÃO DO PCCS: SINSERM ACOMPANHA SEGUNDO ENCONTRO ENTRE GRUPO DE TRABALHO E EMPRESA RESPONSÁVEL

A diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) compareceu ao segundo encontro com as comissões de revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do município. Estiveram presentes a prefeita Suéllen Rosim; o secretário de Administração, Cristiano Zamboni; o secretário de Finanças, Everton Demarchi; o procurador geral do município, Nilo Kazan e o representante da Fundação para o Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa do Direito, responsável pela revisão.

A prefeita e os secretários ouviram as reivindicações dos servidores, sanaram dúvidas sobre o processo e se colocaram a disposição das comissões. O sindicato fez intervenções através de seu advogado, José Francisco Martins, de modo a garantir que todos os ritos legais estejam sendo cumpridos e que nenhum direito seja retirado.

O Sinserm continuará acompanhando as reuniões e contribuindo para que a revisão seja positiva e justa com os trabalhadores.

Acompanhe o trabalho do Sinserm no nosso portal

[SINSERM.COM.BR/](https://sinserm.com.br/)





## CONCESSÃO DO DAE: SERVIDORES FORMAM COMISSÃO E PLANEJAM AÇÕES PARA LUTAR CONTRA O DESMONTE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Os trabalhadores do Departamento de Água e Esgoto de Bauru (DAE) reuniram-se no dia 15 de junho, na sede do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) para discutir, junto à diretoria da entidade, sobre os riscos do Projeto de Lei (PL) nº 28/23, que visa conceder, por 30 anos, os serviços de esgoto para a iniciativa privada. A vereadora Estela Almagro (PT) também participou da reunião.

O PL chegou a Câmara Municipal no dia 12 e foi direcionado para a Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

Posteriormente, o projeto deve passar pelas comissões de Economia e Meio Ambiente antes de ser apreciado no plenário.

Na reunião, o advogado do Sinserm, José Francisco Martins, iniciou a discussão e pontuou as implicações do PL, caso aprovado. Em seguida, a vereadora Estela Almagro fez um resgate histórico do que pode vir a ser a concessão da autarquia. Segundo a parlamentar, os planos para a concessão e/ou privatização do DAE começaram já na campanha eleitoral da prefeita Suellen

Rosim. Estela se posicionou contra a concessão, justificando que o mesmo afetaria negativamente os servidores e a população.

Após as falas do sindicato e da vereadora Estela, os trabalhadores fizeram diversas intervenções. Dada a complexidade do assunto, os servidores deliberaram por formar uma comissão e estabelecer diálogo com os demais parlamentares, além de promover ações que conscientizem toda a população sobre a importância da manutenção do DAE como órgão público.



## EMDURB ANUNCIA REAJUSTE SALARIAL DE 6%

Na manhã do dia 16 de junho, as diretorias do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) e da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural (Emdurb), realizaram uma reunião para discutir o reajuste salarial dos funcionários.

O Sinserm e a Emdurb mantêm diálogo sobre o dissídio desde o início da Campanha Salarial de 2023, quando a prefeita Suellen Rosim anunciou que as discussões sobre o reajuste da empresa seriam realizadas em separado da administração direta.

Com a aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 13/23 – que autoriza a prefeitura a realizar o repasse financeiro de R\$ 20 milhões para a Emdurb –, as partes concordaram que seria possível equalizar os salários e vale-compras dos trabalhadores.

Os funcionários receberão 6% de reajuste sobre seus salários já no pagamento de julho. Além disso, o valor total do retroativo a janeiro será parcelado em 5 vezes, sendo

a primeira parcela paga também em julho e assim sucessivamente, até o fim do parcelamento.

No caso do vale-compras, os trabalhadores receberão os R\$ 1.100,00 a partir de setembro, quando será finalizado o acordo de greve de 2022. A partir de então, o valor total referente ao retroativo do acordo de greve + o retroativo a março de 2023, será parcelado em 12 vezes e pago junto ao valor integral do vale-compras. Isso significa que, de setembro de 2023 a agosto de 2024, os trabalhadores receberão R\$ 1.100,00 + os valores retroativos. No encontro, o presidente da empresa, Donizete do Carmo dos Santos, disse que além do reajuste salarial e equacionamento do vale-compras, a Emdurb vai utilizar o aporte da prefeitura para pagar dívidas junto a Receita Federal e ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), zerar a inadimplência com fornecedores, além de financiar o Plano de Demissão Voluntária (PDV), que está sendo finalizado e deve ser anunciado em breve.



### PLANTÃO DE ATENDIMENTO JURÍDICO – SINSERM

Todas as **terças-feiras**, das **15h30 às 19h00**

O agendamento pode ser feito todos os dias, pelos canais de comunicação do sindicato:

(14) 3227-8999 /  
(14) 3227-9122  
contato@sinserm.com.br

Endereço: Rua Saint Martin, 14-38



## APOSENTADOS SE MANIFESTAM CONTRA SILÊNCIO DA PREFEITA SOBRE AUXÍLIO FINANCEIRO

Em 19 de junho, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) e a comissão de servidores aposentados do município promoveram um ato pela criação de um auxílio financeiro para a categoria. Em meio a Campanha Salarial de 2023, a prefeita Suéllen Rosim assumiu o compromisso de conduzir estudos e analisar a viabilidade para criar um

benefício específico aos aposentados que, atualmente, enfrentam dificuldades para custear despesas básicas do dia-a-dia. No dia 27 de abril, o Sinserm protocolou um documento junto a Administração, com os parâmetros definidos pelos próprios servidores para a criação do benefício. O prazo inicial para resposta era de 10 dias.

Como o Executivo se não pronunciou até então, os aposentados inauguraram, em frente à sede do Executivo, um dispositivo que registrou até o dia 29 de junho – quando a administração recebeu os aposentados – o período de silêncio. Desta forma, todos os munícipes poderão conferir o desdém com que os aposentados são tratados pela atual gestão.



## TRABALHADORES DO DAE PROTESTAM CONTRA A CONCESSÃO DO TRATAMENTO DE ESGOTO

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) e os funcionários do Departamento de Água e Esgoto (DAE) ocuparam a Praça da Cerejeiras no dia 19 de junho, em protesto ao Projeto de Lei (PL) nº 28/23, que visa a concessão do tratamento de esgoto do município. Se aprovado, o PL permitirá que a prefeitura de Bauru conceda todo o serviço de tratamento de esgoto do município a iniciativa privada, por um período de 30 anos.

Os trabalhadores protestaram contra a concessão e utilizaram o microfone para discursar a favor da autarquia. Segundo os funcionários, o DAE é viável e lucrativo. Eles argumentam que os desafios enfrentados pelo Departamento são fruto da má administração e da escolha política de precarizar o serviço. A prefeita Suéllen Rosim foi ao encontro dos servidores e assegurou que nenhum funcionário seria demitido por

conta da concessão e que, os serviços eventualmente prestados após a concessão, não são desempenhados pelo DAE atualmente. Contrariados, os trabalhadores iniciaram uma discussão com a mandatária, que encerrou sua fala e retirou-se do local. O Sinserm e os funcionários do DAE seguem mobilizados com agenda permanente de atividades, até que a população saiba de todos os perigos que a envolvem a concessão.



## SINSERM E SERVIDORES DO DAE SE REÚNEM COM O PRESIDENTE LEANDRO JOAQUIM

A comissão de trabalhadores do Departamento de Água e Esgoto (DAE) e a diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) reuniram-se com o presidente Leandro Joaquim, na manhã do dia 21 de junho. A reunião foi agendada para discutir a concessão dos serviços de tratamento de esgoto do município para a iniciativa privada.

Os funcionários externaram suas

preocupações e dúvidas acerca do projeto, e entregaram uma lista de perguntas que norteou a discussão.

As partes dialogaram por quase duas horas, esmiuçando os efeitos da concessão no dia a dia, tanto para os servidores quanto para a população. A principal preocupação da comissão foi com a manutenção dos empregos... O presidente assegurou que todos os postos de trabalho serão mantidos e

argumentou que, juridicamente, aqueles que possuem estabilidade não podem ser demitidos.

Após as explicações, foi acordado que a presidência receberá um documento elaborado pela comissão, com proposituras dos servidores sobre o tratamento de esgoto. Os trabalhadores solicitarão a retirada do PL que está na Câmara para que sejam feitas as adequações.



## TRABALHADORES E LIDERANÇAS POLÍTICAS SE REÚNEM EM ATO CONTRA A CONCESSÃO DO SISTEMA DE ESGOTO DE BAURU

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) realizou, na manhã do dia 24 de junho, um novo ato contra a concessão dos serviços de tratamento de esgoto à iniciativa privada. A mobilização começou por volta das 10h na Praça Rui Barbosa.

O local foi escolhido para propiciar o diálogo com a população, de modo a explicar para a sociedade civil que a concessão faz parte de um projeto de privatização que visa entregar o Departamento de Água e Esgoto (DAE) Para grupos empresariais.

O Sinserm é enfaticamente

contrário a concessão, uma vez que este processo elevaria o valor das tarifas pagas pela população, além de precarizar os serviços prestados, trazendo prejuízos aos munícipes. As Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) devem ser modernizadas com recursos do Fundo de Tratamento de Esgoto, que também pode bancar a finalização da ETE Vargem Limpa.

Além dos funcionários do DAE, o ato reuniu lideranças políticas como a vereadora Estela Almagro e o ex-candidato a prefeito, Jorge Moura – ambos do PT –, além de dirigentes sindicais. A ampliação do debate conferiu maior musculatura à luta

contra a concessão. A ideia do movimento é formar uma frente ampla com diversas entidades para fortalecer a defesa do DAE.



/sinserm



**CURTA A PÁGINA DO  
SINSERM NO FACEBOOK**



## MANIFESTAÇÃO REÚNE CENTENAS DE APOSENTADOS EM FRENTE A PREFEITURA

Mais de 200 aposentados lotaram a entrada da prefeitura de Bauru no dia 26 de junho, em busca de respostas sobre a criação de auxílio financeiro para a categoria – compromisso assumido pela prefeita Suéllen Rosim durante a Campanha

Salarial de 2023.

No dia 27 de abril, **o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm) e a Comissão de Aposentados do município encaminharam um ofício ao Poder Executivo, com o valor reivindicado – R\$ 1.100,00**

– e solicitaram uma resposta no prazo de 10 dias.

Após 60 dias de silêncio e duas manifestações, a administração agendou uma reunião para o dia 29, a fim de discutir a criação do benefício com o Sinserm e a comissão.



## PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM LOTAM AS RUAS POR NOVO PISO SALARIAL

Os profissionais de enfermagem paralisaram suas atividades em todo o Brasil no dia 29 de junho, em protesto pela implementação do piso salarial nacional da categoria. Em Bauru, os mais de 200 trabalhadores que aderiram à ao movimento se reuniram em frente ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) por volta das 9h.

Após falas iniciais, os profissionais caminharam até a secretaria de saúde com faixas e cartazes, ecoando palavras de ordem em defesa do piso. Em seguida os manifestantes ocuparam a avenida Duque de Caxias, por onde caminharam até a sede da prefeitura. A categoria esperava ser recebida pela prefeita Suéllen Rosim (PSD), mas a chefe do Executivo não recebeu o grupo.

O chefe de gabinete da prefeitura, no entanto, falou aos servidores. Ele assumiu o

compromisso de agendar uma reunião entre a prefeita, os profissionais e o Sinserm.

A paralisação foi mobilizada pelo Sinserm e SindSaúde e recebeu apoio dos vereadores Estela Almagro (PT) e Lokadora (PP). Os parlamentares discursaram a favor do piso e acompanharam toda a manifestação.

O Sinserm reivindica que o piso seja implementado imediatamente em Bauru, uma vez que a administração municipal possui recursos suficientes para isso. Os profissionais da enfermagem são imprescindíveis para o bem-estar e cuidado da saúde de toda a população. Exigimos, portanto, respeito e valorização.

**Não há saúde  
sem enfermagem.  
Piso já!**

Faça parte do grupo de notícias do Sinserm no WhatsApp e fique por dentro de tudo que acontece no funcionalismo público.





## APÓS DOIS MESES DE SILÊNCIO, PREFEITA RECEBE APOSENTADOS, MAS IMPASSE SOBRE AUXÍLIO SEGUE SEM SOLUÇÃO

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) e a comissão de aposentados se reuniram com a prefeita Suéllen Rosim no dia 29 de junho, para discutir a criação de um benefício para a categoria. Após mais de dois meses de silêncio, a chefe do Executivo recebeu o grupo junto aos

secretários de Finanças, Everton Basílio, e Administração, Cristiano Zamboni.

De acordo com os gestores, a proposta enviada pelo Sinserm – de R\$ 1.100,00 –, geraria um impacto financeiro superior a R\$ 60 milhões, o que segundo eles é inviável. O Executivo estuda, portanto, uma

alternativa para atender o pleito dos aposentados sem comprometer a saúde financeira do município.

Um novo encontro foi agendado para o dia 29 de agosto, quando a administração deve apresentar dados ao sindicato e a comissão, com eventual solução para o imbróglio.



## PREFEITURA VOLTARÁ A DISCUTIR CRIAÇÃO DE AUXÍLIO PARA APOSENTADOS EM AGOSTO, APÓS APROVAÇÃO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A Secretaria Municipal de Finanças e o Gabinete da prefeitura responderam, no dia 3 de julho, o ofício protocolado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm), através do qual a entidade solicita a criação de um auxílio financeiro para os aposentados.

Segundo a Finanças, não há recursos disponíveis, por ora, para a criação de qualquer novo benefício, tendo em vista os aportes financeiros que a prefeitura tem feito na

Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru (Funprev).

A secretaria argumenta que não há previsões orçamentárias para a criação de uma nova despesa continuada, que dependeria de um aumento de novas receitas. O secretário Everton Basílio finaliza o documento com o compromisso de conceder, em 2024, um aumento mais significativo para o abono salarial que substituir o vale-refeição.

A prefeita Suéllen Rosim pontua que a decisão sobre a concessão deste benefício será discutida após a elaboração da Lei Orçamentária Anual, que tem previsão de conclusão até o mês de agosto. Segundo ela, na próxima reunião entre a administração, a comissão de aposentados e o Sinserm – agendada para o dia 29 de agosto –, será possível analisar todas as possibilidades e discutir os aspectos relevantes para a criação do benefício.



**SIGA O SINERM NO  
INSTAGRAM!**

**FORTALEÇA  
SEUS DIREITOS!**

**Sindicalize-se**

Aproveite as **vantagens da filiação** e ajude a manter a **luta do funcionalismo público viva**.

Aponte a câmera do celular ou um leitor de QR Code para o código ao lado e preencha o formulário.

